

A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO COM ENFOQUE TERRITORIAL NO BRASIL: CONTRIBUIÇÕES E AVANÇOS CONSIDERANDO UMA TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Valdir Roque Dallabrida

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

RESUMO

Nas últimas décadas, no Brasil, a discussão sobre desenvolvimento com enfoque territorial foi um tema abordado por um pequeno número de autores. A maioria das publicações demonstram não estarem amparados em um saber amplo e detalhado sobre o tema. Só mais recentemente percebem-se avanços significativos, a exemplo de estudos que propõem referenciais epistêmico-teórico-metodológicos que convergem com o enfoque ou abordagem territorial. Neste artigo, propõe-se reafirmar a suposição referida, recorrendo a publicações que tangenciaram o tema desenvolvimento com o enfoque territorial, descrevendo a trajetória acadêmica de um dos estudiosos, no sentido de identificar suas principais contribuições, mais ou menos razoáveis, além de evidenciar os principais avanços na explicitação e aprofundamento do tema.

Palavras-chave: Dinâmica territorial do desenvolvimento; enfoque territorial; abordagem territorial do desenvolvimento; referencial metodológico multidimensional; desenvolvimento territorial.

ABSTRACT

In recent decades, in Brazil, the discussion on development with a territorial focus has been a topic addressed by a small number of authors. Most of the publications demonstrate that they are not supported by broad and detailed knowledge on the topic. Only more recently have significant advances been observed, such as studies that propose epistemic-theoretical-methodological frameworks that converge with the territorial focus or approach. This article aims to reaffirm the assumption, using publications that touched on the topic of development with a territorial focus, describing the academic trajectory of one of the scholars, in order to identify his main contributions, more or less reasonable, in addition to highlighting the main advances in the explanation and deepening the topic.

Key words: Territorial dynamics of development; territorial approach; territorial approach to development; multidimensional methodological reference; territorial development.

Introdução

A discussão sobre desenvolvimento com o enfoque territorial, ou simplesmente abordagem territorial do desenvolvimento foi tema de várias publicações no Brasil, em especial, desde a última década do Século XX. No entanto, é pequeno o número de pesquisadores que, na sua trajetória acadêmica, tenha persistido até o momento na abordagem e aprofundamento do tema. Os motivos disso podem ser diversos. Talvez o fato de o tema não estar presente no “*corpus* teórico” da maioria dos autores referenciais, nacionais e internacionais, seja um deles.

Mesmo os autores que tenham utilizado ultimamente em suas publicações a categoria “desenvolvimento territorial”, se for feita uma análise mais apurada, pode levar a concluir que seja motivado mais por certo “modismo” do que por estar assumindo um referencial epistêmico-teórico convergente, demonstrando a ausência de um saber amplo e detalhado sobre o tema.

Mais recentemente, das tentativas de refletir sobre um referencial epistêmico-teórico-metodológico, destacam-se publicações, tais como, Dallabrida, Büttenbender e Rotta (2021) e Dallabrida *et al.* (2021; 2023a; 2023b). Já em Dallabrida (2022), ao destacar os campos epistêmicos nos quais possa estar referenciada a abordagem territorial, tais sejam a Nova Teoria dos Sistemas, a Teoria da Complexidade, o Materialismo Histórico-Dialético e a perspectiva teórica do Descentramento e Decolonialidade, reafirma-se que tais campos sugerem uma série de princípios orientadores na análise e prospecção territorial.

Tais princípios podem ser considerados balizas de um *corpus teórico convergente sobre desenvolvimento com o enfoque territorial*, tendo reflexos na perspectiva analítica exigida em uma análise espacial, da mesma forma com implicações metodológicas. Dentre um conjunto extenso de princípios, destacam-se seis, considerados essenciais: (i) Sustentabilidade ambiental: priorização de alternativas que possam ter replicabilidade ininterrupta, com respeito à vida em todas as suas formas de manifestação; (ii) Inclusão e Equanimidade: priorização de alternativas que atendem a um maior número de beneficiários, com uma atenção especial aos povos tradicionais e populações expropriadas de seu modo de vida, na perspectiva da equanimidade pessoal e espacial; (iii) Inovação: priorização de alternativas de solução dos desafios que atendam a perspectiva da inovação e criatividade; (iv) Totalidade: priorização do respeito às especificidades territoriais, no entanto, analisar soluções e alternativas que considerem a realidade de forma integrada e contextualizada (regional, nacional, mundialmente); (v) Multidimensionalidade: priorização de soluções e alternativas que atendam a perspectiva da multidimensionalidade, considerando suas possíveis articulações e conexões; (vi) Autonomia: priorização de soluções e alternativas que favoreçam a autonomia e poder territorial, permitindo a expressão das suas especificidades (DALLABRIDA, 2022). São referenciais que delimitam um campo de estudo convergente com o enfoque territorial, ou abordagem territorial do desenvolvimento.

Metodologicamente, este texto resulta da revisão da trajetória acadêmica de um dos estudiosos do tema, dando destaque às publicações que tangenciaram o tema desenvolvimento com enfoque territorial. Para fazer referência às publicações, teve-se um duplo critério, associando sua cronologia e o foco temático, compondo assim as subseções. Na sua estrutura final o texto assume a característica de ensaio teórico.

Assim, na sequência desta introdução, sintetizam-se os principais momentos da produção acadêmica que vão do debate conceitual sobre desenvolvimento à compreensão do desenvolvimento segundo o enfoque territorial. Nesta síntese, dá-se destaque também às publicações que avançam da noção de gestão societária ao conceito de governança territorial, como método da ação coletiva no território, com vistas à construção do futuro desejado territorialmente. Na segunda parte do texto, resgata-se o conceito de território e patrimônio territorial, designando-os como referência no processo de articulação e desenvolvimento territorial, avançando do embate teórico à proposição de um referencial

metodológico, o qual indica a ativação do patrimônio territorial como estratégia central no processo de desenvolvimento territorial. Na última parte do texto, faz-se considerações finais.

Do debate conceitual sobre desenvolvimento à compreensão do desenvolvimento segundo o enfoque territorial: resgate de uma trajetória acadêmica

Para contextualizar a abordagem do tema, destaca-se uma trajetória acadêmica que, ao longo dos últimos 25 anos, por meio de tentativas do tipo erro e acerto, resultou em publicações versando a respeito de temas variados, no entanto, na sua quase totalidade convergindo com o debate sobre desenvolvimento com enfoque territorial. Os erros ou lacunas, na maioria dos casos, resultaram da falta de erudição, ou seja, não estavam amparados em um saber suficientemente amplo e detalhado. Mesmo nesses casos, parafraseando a linguagem jurídica, tratou-se de “erro de tipo”, quando o erro é cometido sem ter consciência de estar agindo equivocadamente. Em outros casos, o conhecimento se apoiou em intuições e/ou reinterpretações de publicações de autores referenciais. Independente de tudo isso, percebe-se uma trajetória com alto grau de coerência.

Inicia-se, resgatando uma publicação do final da década de 1990 (Dallabrida, 1998). Iniciava afirmando que a racionalidade que fundamenta o modelo civilizatório capitalista produz um padrão de desenvolvimento ecologicamente depredador, economicamente inviável, socialmente perverso e politicamente injusto, conseqüentemente, inadequado para ser assumido. Ao levar em conta a prioridade econômica, não a ambiental e muito menos a social, este modelo estaria ao serviço dos interesses dos atores hegemônicos em escala planetária, não dos atores territoriais, nem ao menos nacionais. Apesar de terem se passados mais de vinte e cinco anos, infelizmente, nada parece mais atual. É proposto na referida publicação um padrão de desenvolvimento que não apenas atendesse à racionalidade da acumulação e do consumismo, sim da qualidade de vida no curto, médio e longo prazos – princípio da sustentabilidade –, além de que devesse contemplar as necessidades coletivas de uma região (ou território), com a participação ativa da sociedade civil organizada – princípio da endogenização. Veja-se que, o que se propunha, converge com uma das principais diretrizes da abordagem territorial do desenvolvimento, a autonomia territorial e a participação social.

A continuidade do debate sobre desenvolvimento é retomada na publicação de um livro sobre o tema: Dallabrida (2000a). Neste livro, amplia-se o debate, afirmando que pensar o desenvolvimento a partir dos princípios da sustentabilidade e da endogenização representaria um novo paradigma em relação à visão tradicional sobre desenvolvimento. Ao se referir ao fato de que ocorre um uso inadequado do termo sustentável para qualificar qualquer plano de desenvolvimento, chega-se a vaticinar que é impossível implementar um modelo de desenvolvimento sustentável numa economia liberal capitalista. O tema também está sintetizado em Dallabrida (2000b).

Uma publicação realizada há mais de vinte anos, Dallabrida e Becker (2003a), representa um passo inicial na introdução do debate que mais recentemente resulta no aprofundamento do tema abordagem territorial do desenvolvimento, ou desenvolvimento a partir do enfoque territorial. É fruto de discussões coordenadas pelo saudoso professor Dr. Dinizar Ferminiano Becker, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da

Universidade de Santa Cruz do Sul (RS-Brasil)¹, que tinham como principal objetivo o estudo sobre a interdisciplinaridade do desenvolvimento, de forma interativa e cooperada, buscando identificar e analisar diferentes dinâmicas e distintos padrões de processos de desenvolvimento regional. Veja-se que um dos principais aspectos do enfoque territorial do desenvolvimento, a interdisciplinaridade, estava no centro do debate.

As reflexões feitas em Dallabrida e Becker (2003a) partiam de uma questão: o que explica as diferentes dinâmicas de desenvolvimento que ocorrem em regiões ou territórios? Como hipótese orientadora partia-se do entendimento de que uma base teórica sustentada em um único campo do conhecimento não seria suficiente para dar respostas àquela questão, sugerindo, no mínimo, a necessidade de ser utilizado na análise um enfoque geográfico [leia-se territorial] e socioeconômico², implicando transversalizar as múltiplas construções teórico-metodológicas e beber nas fontes de muitas disciplinas, sem negar seus fundamentos. Afirmava-se ainda na publicação que, quanto mais aprofundada e específica for a análise disciplinar, menor é seu poder explicativo da realidade concreta, portanto, tornar-se-ia uma visão limitada sobre desenvolvimento. Ressaltava-se também que toda a análise sobre desenvolvimento deveria contemplar uma visão globalizadora e interdisciplinar. Além disso, o foco no território, também estava contemplado na publicação.

Outro aspecto ressaltado em Dallabrida e Becker (2003a) é a questão da autonomia territorial, servindo como resposta para explicar as diferentes dinâmicas de desenvolvimento de territórios ou regiões. Afirmava-se que “[...] algumas regiões reagem passivamente não conseguindo desenvolver seu modelo próprio e específico de desenvolvimento, enquanto outras agem ativamente e o conseguem”. Assim, às regiões que agem passivamente não lhes resta outro caminho a não ser “[...] inserir-se globalmente, submissamente, formatando um modelo de desenvolvimento que corresponde aos interesses econômico-corporativos multinacionalizados...” (p. 200), não do território, tendo o mercado como determinante da dinâmica territorial do desenvolvimento. O texto finaliza referindo-se ao desenvolvimento como um processo de territorialização que contemple a dimensão da reterritorialização, superando desafios, eliminando privações de liberdade, promovendo atores territoriais à condição de sujeitos, envolvendo os desterritorializados e potencializando sua capacidade de auto-organização, enfim, implementando uma dinâmica territorial do desenvolvimento mais autônoma, não-privatista, menos desigual e segundo a lógica da sociedade.

Em Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004), retomava-se ao tema desenvolvimento territorial, por meio de uma revisão teórica, tendo como foco publicações que traziam elementos teóricos convergentes com a territorialização do desenvolvimento. O foco da revisão se resumia às publicações que, já no final do Século XX, constatavam o fato de que algumas cidades, regiões ou territórios tendiam superar a condição de suportes passivos de localização das atividades econômicas, tornando-se âmbitos espaciais ativos, assumindo um certo protagonismo na decisão de seus destinos. Portanto, incluía na revisão, abordagens teóricas que tangenciavam o enfoque do desenvolvimento a partir da perspectiva territorial, tais como: (i) estudos centrados na problemática da organização industrial, por exemplo, sobre sistema de inovação regional; (ii) estudos centrados na crise do fordismo, tais como, a teoria da regulação e sobre acumulação flexível; (iii) estudos centrados nos distritos industriais do tipo marshallinos; (iv) estudos centrados nos meios inovadores e

¹ Programa de Pós-Graduação em que o autor deste artigo fez sua formação no Mestrado e Doutorado.

² A dimensão ambiental não estava ausente, sendo ressaltada na continuidade do texto mencionado.

sistemas territoriais de produção. Além da revisão bibliográfica, o texto contemplava autores que já faziam críticas às limitações teórico-práticas das abordagens regionalistas.

Já em Dallabrida e Fernández (2005) o binômio inovação e território é acoplado à noção de desenvolvimento, referindo-se à inovação territorial como meio de ativação da organização socio-territorial, da inserção econômica internacional pela integração às cadeias de valor globais, com reflexos no desenvolvimento territorial³. É neste texto que, pela primeira vez como autor, se assume o uso preferencial do conceito “desenvolvimento territorial”, sustentado no entendimento de que a concepção de território, como âmbito espacial socialmente construído a partir de relações de poder resultantes da inter-relação dos atores sociais, econômicos e institucionais, teria uma correlação mais próxima com a noção de desenvolvimento já defendida em publicações anteriores. Ressaltava-se que o desenvolvimento, além da dimensão tangível (material), que tem nos aspectos econômicos sua expressão maior, possuiria uma dimensão intangível (imaterial)⁴, esta, possível de ser expressa pela capacidade coletiva local para realizar ações de interesse social, não apenas econômico-empresarial⁵. Assim, ao focar a temática do desenvolvimento no território, se elegiam as variáveis inovação territorial e organização socioterritorial como fundamentos básicos para a geração de processos qualificados de desenvolvimento localizado, destacando nesse processo, não somente as relações econômico-empresariais, mas as interdependências não mercantis, o que demonstra a densidade institucional do território, ambas decorrentes de aprendizagens coletivas do tipo sociedade-empresa-estado-universidade⁶.

Em Dallabrida e Fernández (2008), várias reflexões anteriores sobre desenvolvimento territorial são retomadas. No entanto, no texto se propõe revisões no corpus teórico regionalista, realçando a questão da multiescalaridade das ações e o papel ativo do Estado nacional frente ao processo de globalização e seus reflexos territoriais⁷. Sobre o tema desenvolvimento, propõe-se no texto uma nova perspectiva teórica, com destaque para uma visão mais integral e integradora. Apontavam-se possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos a partir da análise de uma experiência de dinamização socioeconômico-territorial no município de Sarandi, situado no centro-norte do Rio Grande do Sul, Brasil⁸. Ressaltava-se que os desafios não são poucos, no entanto, como a relação global-local não é linear, mas dialética, seria possível reconhecer a possibilidade de reação, atribuindo ao território o papel de meio inovador e ator no desenvolvimento. No entanto, afirmava-se que isso só ocorre nos territórios ou regiões em que seus atores põem em prática sua capacidade de organização, mobilização e inovação. Em obras recentes, a exemplo de Dallabrida *et al.* (2023a; 2023b), se chamou essa possibilidade de ativação do patrimônio territorial.

Entre os anos de 2012 e 2020 várias publicações procuraram destacar diferentes estratégias de especificação de ativos territoriais como uma alternativa apoio ao desenvolvimento territorial.

³ Sobre o tema inovação e desenvolvimento, destacam-se duas outras publicações mais recentes: Dallabrida, Covas e Covas (2017); Dallabrida (2020e).

⁴ O tema é aprofundado em outra publicação: Dallabrida (2006).

⁵ É necessário ressaltar o papel do pesquisador Dr. Víctor Ramiro Fernández, tendo contribuído muito no avanço do conhecimento sobre desenvolvimento regional/territorial do autor deste artigo. Ver algumas publicações próprias do autor ou em coautoria com outros pesquisadores: Fernández e Brandão (2010); Fernández, Amin e Vigil (2008); Fernández (2001); Dallabrida e Fernández e Dallabrida (2010).

⁶ Temática tratada na área da Administração em Elkington (1998), Etkowitz (2009) e retomada recentemente em Büttendörfer e Sausen (2020).

⁷ Essas críticas são aprofundadas em outra publicação: Dallabrida (2008).

⁸ A análise da experiência de Sarandi é aprofundada em outra publicação: Dallabrida e Fernández (2008).

Iniciando pelo debate teórico sobre território, estratégias de significação e sobre signos distintivos territoriais, o tema da Indicação Geográfica foi abordado centralmente, por meio da análise de experiências nacionais e internacionais. Dentre as publicações sobre esta temática, destacam-se: Dallabrida (2012; 2014; 2015; 2016a; 2016b; 2020d); Dallabrida, Tabasco e Pulpón (2018); Covas, Covas e Dallabrida (2019).

Finalmente, cabe ressaltar duas publicações que tiveram como propósito identificar e caracterizar as principais abordagens teóricas que poderiam ser consideradas como “teorias do desenvolvimento”. Em Dallabrida (2010a), faz-se uma revisão das principais abordagens teóricas, ainda numa versão preliminar. Numa edição revisada e ampliada, em Dallabrida (2017), são apresentadas as principais teorias do desenvolvimento, como aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e os desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Nesta edição, introduz-se um capítulo sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, destacando os debates recentes, as incongruências na forma de apresentar o tema e os desafios de sua prática. Além disso, apresenta-se uma versão preliminar de uma proposta de abordagem do desenvolvimento tendo o território com seu patrimônio territorial como referência e a aceção de governança territorial como método. São livros que tem servido para pesquisadores iniciantes e estudantes universitários obterem um primeiro contato com as diferentes abordagens teóricas sobre o tema desenvolvimento⁹.

Da noção de gestão societária ao conceito de governança territorial e a análise de experiências

A importância da participação dos atores territoriais na articulação local com vistas ao planejamento e gestão dos territórios ou regiões é destacada, inicialmente, em Dallabrida (2001), ao propugnar a “gestão societária do processo de desenvolvimento local/regional”.

Para não permanecer apenas no debate teórico, entre 2001 e 2002, o acompanhamento de um processo de debate sobre desenvolvimento na Região Fronteira Noroeste (RS-Brasil), resultou numa primeira publicação: Brose e Dallabrida (2002). Por meio da análise da experiência, afirmava-se que o espaço público, em que devia ocorrer a discussão sobre desenvolvimento local/regional, deixava de ser articulado apenas pelo Estado, exigindo a inclusão do setor privado e da sociedade civil. Para tal, tornava-se necessário novas instituições, com o propósito de viabilizar o diálogo entre atores públicos e privados na gestão do território, processo que deu destaque à criação do Fórum Regional de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste. Isso, segundo se defendia no artigo, permitiria o necessário fortalecimento de redes para a gestão do território.

A análise da experiência foi aprofundada em Dallabrida e Rambo (2003) e Dallabrida e Büttenbender (2003), publicações que se ressaltava que o processo teve como princípio

⁹ O debate sobre desenvolvimento esteve presente na maioria das publicações pessoais. No segundo semestre de 2024, sustentado no entendimento da necessidade de avançar no debate, decidiu-se pela publicação de um novo livro, em que se firmasse, em definitivo, quais parâmetros epistêmico-teóricos deveriam orientar a compreensão sobre o que deva, ou não, ser chamado *desenvolvimento* (local, regional, territorial). Para chamar mais a atenção sobre o enfoque do conteúdo do livro, ousou-se dar um título nada comum: *Desenvolvimento, ser ou não ser, eis a questão!* (Dallabrida, 2024). Trata-se de um conjunto de ideias para repensar o entendimento atual sobre desenvolvimento e validar a noção de “desenvolvimento territorial”, tomando como referência três princípios básicos: a sustentabilidade, o bem comum e a felicidade.

metodológico central, o desencadeamento de um processo inovador na região, pela acumulação de capital social”, considerando que o enfoque de formação de capital humano seria individualista e que processos de desenvolvimento locais/regionais/territoriais, não surgiriam individualizadamente, mas da interação cooperada e societária entre indivíduos ou grupos sociais. Já em Dallabrida e Büttenbender (2006; 2007), fazia-se referência à experiência de planejamento regional na Fronteira Noroeste (RS), com o aporte de elementos sobre o planejamento estratégico territorial, além de destacar as principais oportunidades e desafios para o desenvolvimento da referida região.

Avançando no debate sobre a articulação dos atores territoriais no processo de planejamento e gestão dos territórios ou regiões, em Dallabrida e Becker (2003b) se introduz o debate sobre governança territorial, para se referir ao exercício do poder e autoridade para gerenciar um país ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses a partir de consensos mínimos. O exercício da governança territorial aconteceria pela atuação dos diferentes atores/agentes nas instituições e organizações da sociedade civil, em redes de poder socioterritoriais. Com isso, a definição dos novos rumos para o desenvolvimento do território ou região dependeria da constituição e emergência de um novo bloco socioterritorial, que, num processo de concertação social, buscasse construir consensos, pela articulação dos diferentes atores, a integração de suas diferentes propostas e visão diferenciada de mundo, tendo como resultado o pacto socioterritorial, ou seja, o projeto político de desenvolvimento da região ou território. A abordagem deste tema foi retomada em Dallabrida (2003), ao relacionar a governança ao planejamento territorial, como a institucionalização de uma prática de concertação público-privada.

O tema do planejamento regional/territorial foi aprofundado mais tarde em outras três artigos: Dallabrida (2004; 2009; 2015a). No entanto, a complementação da abordagem do tema é feita posteriormente num livro (Dallabrida, 2020c). Nele explicitam-se aportes teórico-metodológicos sobre planejamento e gestão territorial, como possíveis referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões e territórios.

O tema da governança territorial é aprofundado em duas publicações. Em Dallabrida (2007), se propõe responder a duas questões. Quais as possibilidades de instituir um processo de gestão territorial que contemple estratégias de concertação social? Quais estruturas de governança territorial são necessárias? Nesta publicação, várias reflexões são explicitadas: (i) que a governança territorial é entendida como fonte sinergizadora do processo de gestão do desenvolvimento; (ii) é concebido o bloco socioterritorial, na forma do conjunto de lideranças territoriais, como instituinte do processo de gestão do desenvolvimento; (iii) a concertação social é concebida como norma no processo de gestão do desenvolvimento; (iv) as redes de poder socioterritorial, como estrutura de poder no processo de gestão do desenvolvimento; (v) os pactos socioterritoriais, como resultantes da concertação social instituída no processo de gestão do desenvolvimento; (vi) finalmente, o desenvolvimento é concebido como resultado final do processo de governança territorial.

Já em Dallabrida (2015b) o tema governança territorial recebe uma atenção especial. Nessa publicação, é entendida como processo que transcorre em contextos de sociedades complexas, conflituosas e regidas por procedimentos multiescalarmente interpenetrados, implicando desafios na sua prática. Conceitualmente, afirmava-se que a governança territorial corresponde a um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que dá prioridade a uma ótica inovadora,

partilhada e colaborativa, por meio de relações horizontais. No entanto, esse processo incluiria lutas de poder, discussões, negociações e, por fim, deliberações, entre agentes estatais, representantes dos setores sociais e empresariais, de centros universitários ou de investigação. Processamentos desta natureza fundamentam-se num papel insubstituível do Estado, numa noção qualificada de democracia, e no protagonismo da sociedade civil, objetivando harmonizar uma visão sobre o futuro e um determinado padrão de desenvolvimento territorial.

Em Dallabrida e Zimmermann (2009) e Dallabrida (2010b) dá-se destaque ao papel dos consórcios públicos como estrutura institucional de apoio à gestão do processo de desenvolvimento regional. Já em Dallabrida (2011), é publicada uma coletânea com vários autores brasileiros e latino-americanos, com a análise de experiências de governança territorial e práticas de descentralização político-administrativa. Mais adiante, em Dallabrida, Tomporoski e Sakr (2016), destacava-se a importância da operacionalização de estratégias de *branding* de território, este concebido como o procedimento de construção e comunicação de uma marca e de sua identidade, com vistas à valorização da dimensão territorial e ampliação da autonomia do lugar, frente às intencionalidades mercadológicas do processo de globalização, sendo parte constitutiva da dinâmica de governança territorial¹⁰.

O conceito de território e patrimônio territorial como referência no processo de articulação e desenvolvimento territorial

O entendimento acadêmico sobre território e patrimônio territorial evoluiu nas últimas décadas. Para Ortega Valcárcel (2018), sobre o conceito de patrimônio, antes era entendido apenas com o sentido de “monumento”, ou objeto edificado limitado ao campo estético, como arte singular ou aspecto excepcional da natureza. O passo significativo na sua evolução ocorre quando se avança do enfoque artístico-cultural, passando a ser considerado parte do espaço urbano ou territorial, com destaque à sua dimensão histórica. Segundo o autor, também na compreensão sobre território se avança, de sua identificação físico-geométrica, com seu carácter naturalista ou ambiental, ou como substrato natural mais ou menos modificado em que vivem as sociedades, para um elemento não dado, mas construído. O território passa a ser assumido como recurso cultural e econômico e parte do patrimônio histórico e cultural. Ou seja, ocorre um duplo movimento: (i) o conceito de patrimônio evolui em direção a uma abordagem territorial pelo fato deste estar necessariamente enraizado num território; (ii) o conceito de território evolui em direção a uma abordagem patrimonial, quando o território passa a ser concebido como um bem comum, ou patrimônio da sociedade que o habita.

Sobre o conceito de território, Ortega Valcárcel (2018) afirma que não se trata de uma simples variação conceitual. Tem diferentes implicações: (i) exige entender o território como um produto da sociedade; (ii) exige introduzir um componente de historicidade, vinculando condições de ordem temporal ou histórica; (iii) supõe incorporar uma dimensão evolutiva e transformadora que depende de fatores sociais externos. Em geral, o território como patrimônio torna-se uma área de ampla

¹⁰ Sobre a temática da articulação territorial com vistas ao planejamento e gestão dos territórios, duas publicações recentes se dedicam ao tema: Dallabrida *et al.* (2022); Dallabrida, Menezes e Fuini (2023).

continuidade histórico-cultural, uma espécie de *palimpsesto*¹¹, o que requer identificar os diversos “territórios” incorporados nele, distinguindo os diferentes aportes históricos, valorizando o antigo e o novo e o grau de transformação ocorrido no processo de absorção e refuncionalização, como uma consequência natural da própria reestruturação socioespacial promovida pela sociedade que lá viveu.

Segundo Poli (2015), o patrimônio territorial é um grande e complexo palimpsesto. Para a autora, a metáfora do palimpsesto é ideal para se referir aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que constituem, em cada momento histórico, o patrimônio territorial. Assim, segundo o autor, o patrimônio territorial é resultado de longos processos históricos de territorialização, em que a massa territorial aumenta, e desterritorialização, em que a massa territorial é erodida. A massa territorial é constituída, conforme Magnaghi (2011), pela acumulação histórica de diversas ações territorializantes que atribuem valor ao patrimônio territorial. Neste sentido, o patrimônio territorial é o conjunto dos sedimentos, materiais e cognitivos, herdados das fases anteriores de territorialização e cujo valor é reconhecido socialmente (POLI, 2015).

Magnaghi (2011) afirma que o território é um sistema vivo de alta complexidade, sendo que, para seguir vivo, requer ser cuidado ao invés de conservado. Assim, de acordo com o autor, o patrimônio territorial só se perpetua pela reutilização que a sociedade lhe dá e somente a reinterpretação e a transformação podem preservar a sua identidade. Já Pecqueur (2022) destaca a dimensão de recurso territorial do patrimônio, defendendo que, como recurso, o patrimônio territorial não é esgotável porque é renovado pelo uso, mas pode desaparecer se não for perpetuado. Neste sentido, o patrimônio territorial, serve como referência para que os atores sociais, inspirados nas fases anteriores de territorialização, deem continuidade ao processo de construção do território, o que tem implicações no processo de desenvolvimento territorial. É com este sentido que em Dallabrida *et al.* (2023a; 2023b) se propõe a ativação do patrimônio territorial.

Da conceitualização à operacionalização: uma trajetória de estudos

É sustentado nestes posicionamentos que em estudos realizados por um grupo de pesquisadores, entre os anos de 2021 e 2023, o patrimônio territorial foi considerado uma referência no processo de desenvolvimento de territórios ou regiões. Um conjunto de publicações inspiraram esses estudos, em especial, duas publicações realizadas anteriormente: (i) Dallabrida (2020a), que se propôs elucidar a dinâmica territorial do desenvolvimento a partir de quatro categorias teóricas (território, governança, patrimônio e desenvolvimento territorial); (ii) Dallabrida (2020b), que amplia a visibilidade e atribui uma ressignificação à categoria patrimônio territorial. A primeira etapa de estudos foi sintetizada em duas publicações: (i) Dallabrida, Rotta e Büttenbender (2021), na qual são apresentados pressupostos epistêmico-teóricos; (ii) Dallabrida *et al.* (2021), em que são explicitadas as categorias conceituais e os pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento.

¹¹ Manuscrito em pergaminho da Idade Média que era apagado pelos copistas para nele se escrever de novo. Origem etimológica: do latim *palimpsestos* – do grego *palimpsestos* “raspado para escrever de novo”. Em sentido figurado: obra cujo conteúdo revela traços, por transformação ou imitação, de outra obra anterior.

As categorias conceituais que formaram a estrutura teórica básica utilizada nos referidos estudos, podem ser ordenadas da seguinte maneira:

- I. Uma categoria de partida, o *território*, como **estrutura** socioterritorial localizada histórica e territorialmente, cujas partes se inter-relacionam;
- II. Uma categoria de intermediação, as práticas de *governança territorial*, como **processo** em que são confrontados diferentes interesses/intenções, com o propósito de construir convergências quanto ao futuro desejado territorialmente, partindo da compreensão de que a forma assumida historicamente por uma estrutura resulta de conversações societárias horizontais;
- III. Uma categoria resultante, o *patrimônio territorial*, como **forma** assumida pela estrutura socioterritorial, formatando o arranjo espacial com suas diferentes dimensões;
- IV. Uma categoria de funcionalidade, o *desenvolvimento territorial* (ou local/regional), como **função** da forma, partindo do entendimento de que, do confronto entre diferentes projetos de futuro, resultam configurações espaciais demarcadas administrativamente (municípios, regiões, países) ou por relações de identidade, ancoragem e pertencimento a um lugar (territórios), fazendo parte da utopia desejada territorialmente e sua concretude momentânea como realidade possível (DALLABRIDA, 2020a).

Nesses estudos, foi utilizada a definição de patrimônio territorial explicitada em Dallabrida (2020b): “[...] conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, resultante de processos históricos de construção e reconstrução socioeconômica e cultural na relação com o entorno ambiental” (p. 12).

Uma proposição metodológica resultante dos estudos: a ativação do patrimônio territorial¹²

Sustentado na base teórica precedente e num conjunto de pressupostos epistêmico-teórico-metodológicos, convergentes com a abordagem territorial do desenvolvimento, a primeira fase dos estudos resultou na proposição de um índice de mensuração do nível de ativação do patrimônio territorial, o qual pudesse servir como instrumental metodológico a ser utilizado em estudos territoriais, em especial, na formulação de um diagnóstico multidimensional de territórios ou regiões, com vistas à proposição de alternativas inovadoras e sustentáveis de desenvolvimento territorial¹³.

É necessário compreender qual o sentido aqui atribuído à expressão “ativar”. A “ativação” refere-se ao ato de ativar, cujo vocábulo tem um número significativo de sinônimos, que, ao mesmo tempo, explicitam e ampliam o sentido da palavra. Assim, “ativar” significa acelerar, aguçar, amplificar, apressar, avivar, despertar, estimular, fomentar, fortalecer, impulsionar, intensificar, promover, tonificar, vigorizar.

¹² Esta parte do texto, retoma abordagem feita em Dallabrida *et al.*, 2023a.

¹³ A explicitação geral da proposta metodológica, bem como sua base ontológica e epistêmico-teórica está presente em duas publicações recentes: um Dossiê Temático publicado na revista *Desenvolvimento em Questão* (Dallabrida *et al.*, 2023a) e, na sua forma mais ampliada e com textos complementares, em um livro (Dallabrida *et al.*, 2023b).

No entanto, para entender o processo de ativação do patrimônio territorial, como ponto de partida, recorre-se à acepção de recursos e ativos proposta por Benko e Pecqueur (2001, p. 41). “Entende-se por ativo, os fatores em atividade, enquanto, por recursos, os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem assim uma reserva, um potencial latente”. Assim, os territórios, em cada momento da história, apresentam-se formatados em arranjos espaciais que podem ser identificados por meio de um conjunto de recursos e ativos territoriais. Desta forma, no arranjo espacial de um determinado território, com suas diferentes dimensões (social, cultural, produtiva, natural, institucional e humano-intelectual), existem fatores que se apresentam na forma de recursos (os fatores a revelar, a explorar, ou ainda a organizar), outros, que se apresentam na forma de ativos (os fatores em ‘atividade’). Explorar, aqui tem o sentido de arranjar, cultivar, amanho, fertilizar, fecundar.

Portanto, ao se utilizar a expressão “ativação”, se faz referência à necessidade de transformação dos fatores territoriais ainda na situação de recursos, não revelados ou não aproveitados adequadamente, em ativos territoriais aptos a contribuir no desenvolvimento territorial. Por extensão, realizar, alcançar a “ativação do patrimônio territorial” significa revelar as potencialidades, pô-las em atividade, em uso, na perspectiva de passarem a contribuir de forma mais significativa no desenvolvimento territorial, tanto no sentido socioprodutivo, quanto no contributo à melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no território¹⁴. Pode ser tanto um fator tangível (ex. terra cultivável), quanto intangível (valorização de uma expressão cultural, ou de um saber-fazer local, ou a propensão à cooperação).

A menção a um “índice” é para referir-se a um indicador que serve para analisar o desempenho de algo, ou de algum fenômeno, oscilando entre dois extremos: de um estágio de total precariedade até um estágio de performance plena. Já, ao aludir-se a um “índice multidimensional”, se faz referência a uma agregação de indicadores que contempla múltiplas dimensões, ou que concerne a níveis ou campos variados. No caso em questão, se trata de um indicador que abrange todas as dimensões do patrimônio territorial.

Logo, o Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial (IMAP), propugnado na proposta metodológica referida em Dallabrida *et al.* (2023a; 2023b), é um indicador que revela a situação do momento, quanto à forma de utilização das potencialidades de um território para o desenvolvimento territorial, aferindo o nível de ativação de cada uma das dimensões do território em análise. Num extremo ideal, ter-se-ia todos os fatores ativados, as potencialidades plenamente e adequadamente utilizadas. No outro, uma situação de absoluta carência e precariedade, portanto, de não ativação. Assim sendo, o patrimônio territorial plenamente ativado constituiria um “território ideal”, este passando a ser adotado como parâmetro de análise.

Uma observação importante: ao se fazer referência à ativação do patrimônio territorial, ou seja, das potencialidades de um território para o desenvolvimento territorial, está implícito o entendimento de que estão sendo consideradas todas as precauções para que estejam contemplados os princípios da sustentabilidade, em todas as suas formas de expressão.

¹⁴ Estudos sobre patrimônio territorial sustentados numa concepção teórica decolonial, reafirmam a necessidade do reconhecimento dos referentes territoriais que representem a perspectiva de vida do índio sacrificado, do negro escravizado, da mulher oprimida, enfim, da cultura popular desprestigiada e dos recursos territoriais expropriados. Ver publicações sobre o tema: Costa (2016; 2017; 2018; 2021).

Estrutura do referencial metodológico multidimensional – IMAP

O Quadro 1, na sequência, sintetiza a estrutura da proposta de IMAP, mencionando, a partir da coluna da esquerda, as seis dimensões do patrimônio territorial, identificando seu referente, ou seja, o papel central a desempenhar, com o qual dialoga com as demais dimensões, conferindo assim os aspectos da multidimensionalidade e integração. Segue nas colunas à direita a relação dos componentes e das variáveis, também para cada uma das dimensões.

Nos textos que compõem o Dossiê já mencionado, os quais estão reunidos em Dallabrida *et al.* (2023b), são sugeridas técnicas e procedimentos metodológicos a serem utilizados pelo(a) pesquisador(a) no processo de pesquisa e aplicação do instrumental metodológico, podendo haver diversificação no uso, ou novas sugestões.

Percurso metodológico para a constituição do IMAP¹⁵

Cada uma das dimensões do patrimônio territorial (social, produtiva, cultural, natural, institucional e humano-intelectual) seguiu um percurso metodológico para a apuração do índice da ativação dimensional, cuja soma constituirá o IMAP, destacando os seguintes aspectos: (i) ontológico, definindo o core da dimensão, o escopo e conceitos basilares; (ii) constitutivo, pelo delineamento dos componentes da dimensão; (iii) indicativo, pela definição das variáveis de cada componente e identificação de referentes que permitem a proposição de uma escala. Para cada uma das variáveis foi constituída uma escala quántupla, desde uma situação de plena ativação até uma de total precariedade.

Em relação aos aspectos indicativos, os mesmos seguiram um quadro de referência, contendo os seguintes elementos: (i) componentes – aspectos a serem tomados como referência para a definição das variáveis – ex. na dimensão social – relações de trabalho; (ii) variáveis – aspecto ou característica definida para a análise e mensuração – ex. na dimensão social, o percentual de trabalho formal e informal; (iii) técnicas e/ou instrumentos de coleta de dados: fontes de busca de dados - ex. na dimensão social, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) -, ou uso de técnicas para coleta e averiguação de informações.

Assim, para a apuração do IMAP, cada uma das dimensões é formada por componentes, que por sua vez podem ser aferidos por indicadores já existentes (dados secundários) ou criados para viabilizar o índice (dados primários). Esses indicadores são valorados em uma escala quanto ao nível da ativação, o que permite formar o índice da ativação de cada dimensão. A agregação dos índices de cada dimensão resulta no IMAP¹⁶.

¹⁵ Retoma-se abordagem feita em Dallabrida *et al.* (2023a).

¹⁶ No Dossiê publicado na revista *Desenvolvimento em Questão* e no livro – Dallabrida *et al.* (2023b), os demais aspectos do referencial metodológico, por exemplo, a proposição de uma escala, são detalhados para cada uma das dimensões, resultando no IMAP pela sua somatória.

Dimensão do Patrimônio Territorial	Referente da dimensão	Componentes da dimensão	Variáveis que orientam a análise		
SOCIAL	As diferentes relações e estruturas constituídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza.	Relações de trabalho e acesso a os bens e serviços	Trabalho formal e informal Distribuição da renda entre as classes ou estratos de classe Indicadores de vulnerabilidade social		
		Formas de organização e interação	Grupos sociais e estratos de classe organizados Redes de relações Formas de cooperação e associação		
		Valores, normas e estruturas sociais	Valores Normas e Moral Densidade Institucional		
		A natureza (recursos renováveis e não renováveis) e os serviços ecossistêmicos que permitem a continuidade da vida humana e não humana no planeta.	(Bio)Geodiversidade (presença dos geossítios)	Atributos geológicos Infraestrutura e entorno	
			Agroecossistemas (sustentabilidade rural)	Diversidade produtiva Produtividade (produção em relação à área) Sanidade vegetal e animal Nível de transição agroecológica	
			Vulnerabilidade Ambiental Urbana	Vulnerabilidade Habitacional e de Infraestrutura urbana Pressão sobre o ambiente natural Insegurança alimentar e nutricional	
DIMENSÃO HUMANA E INTELECTUAL	Pessoas com seus saberes, suas características sociodemográficas e arranjos sociais que impactam sua formação intelectual, a produção e difusão de novos conhecimentos e inovações.	Saberes Fomais	Expedição de títulos e certificados acadêmicos Produção científica Registro de patentes		
		Saberes Informais	Saberes transmitidos pela tradição oral Domínio de línguas não oficiais		
		Grupos Humanos Verticais	Níveis de escolaridade Níveis de renda Grupos etários		
			Grupos Humanos Horizontais	Grupos religiosos Gênero Grupos étnico-raciais	
		INSTITUCIONAL		Processo de conversação entre o poder público e os atores sociais nos territórios, na definição de políticas públicas para o desenvolvimento do territorial.	Capacidade administrativa da estatalidade no território
			Políticas Públicas de apoio ao desenvolvimento		Planos, programas e ações públicas Ações públicas de apoio ao desenvolvimento
Atores, instituições e arenas de concertação	Ação dos atores e instituições no processo de articulação territorial Estruturas de conversação e concertação social				

CULTURAL	A cultura é composta por padrões, regras e instituições. Envolve ordem-desordem-interação-organização, manifestada em códigos, padrões, modalidades de existência e saberes.	Multiculturalidade (valores e códigos de conduta)	Diversidade de grupos culturais com relações intra-grupos
		Manifestações e equipamentos culturais	Políticas públicas de fomento às manifestações culturais diversas.
			Presença de equipamentos culturais distribuídos no território. Orçamento destinado à cultura em um território.
		Estrutura de mídia	Quanto maior a diversidade de mídia, em termos de propriedade e tipologia (pública, comunitária, privada de rede, privada local), mais favorável é para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.
Economia criativa	Quanto mais geração de emprego e renda baseada em atividades culturais, mais favorável é para a ativação do patrimônio cultural para o desenvolvimento.		
PRODUTIVA	Dimensão econômico-produtiva dos territórios, envolvendo o conjunto de empresas e instituições locais, formando aglomerações e/ou sistemas produtivos.	Sistemas Produtivos Territoriais	Estrutura produtiva
			Mudança técnica e processo de aprendizado
			Governança e organização interinstitucional
		Sistemas Agroalimentares Locais e/ou Agrosilvopastoris	Existência de produtores e perfil das propriedades agrícolas e pastoris
			Mudança técnica e processo de aprendizado
			Governança e organização interinstitucional
		Cesta de Bens ou Serviços Territoriais e Indicações Geográficas	Multifuncionalidade, recursos e ativos territoriais
			Bens e serviços privados e cenário de bens públicos de qualidade
			Sistema de governança
		Empreendimentos sociais e cooperativos	Autonomia e autogestão
			Solidariedade e Cooperação
			Inserção no mercado
Trajetória socioeconômica do território	Processo de colonização e de formação socioeconômica e surgimento dos setores produtivos		
	Geração de trabalho e renda		
	Aspectos socioecológicos (usos do solo, dos recursos hídricos, energéticos, florísticos e faunísticos)		

Quadro 1 – Dimensões, referentes, componentes e variáveis que estruturam a proposta de IMAP. Fonte: elaboração própria, com base em Dallabrida *et al.* (2023b).

Por fim, é importante ressaltar que nos estudos que propuseram o IMAP, houve a participação de um coletivo de pesquisadores, conforme estão nomeados nas publicações. Portanto, apesar do papel de articulação, a proposição metodológica não é resultado apenas de um esforço individual.

Considerações finais

Finaliza-se este artigo com três enunciados. O primeiro, para fazer referência à dinâmica territorial, que resulta no desenvolvimento segundo um enfoque territorial. O segundo, retomando Dallabrida (2022), sobre o enfoque territorial ou abordagem territorial do desenvolvimento. O terceiro, referindo-se à trajetória acadêmica pessoal.

A dinâmica territorial do desenvolvimento pode ser mais bem compreendida por meio de uma estrutura axiomática composta por uma tríade de referentes teóricos, tendo o território como a estrutura, com suas partes inter-relacionadas, a *governança territorial* como processo que inclui o conjunto de relações societárias, o *patrimônio territorial* como forma, representando o arranjo espacial do território. Como corolário, tem-se que toda forma resulta de um processo e tem uma função, neste caso, servir de referente na projeção do futuro desejado territorialmente, dando concretude ao *projeto político de desenvolvimento territorial*.

Considerando as reflexões constantes em publicações aqui referenciadas, reafirma-se que (i) a abordagem territorial tem a categoria conceitual território como referência central; (ii) que a abordagem territorial precisa assumir a categoria conceitual desenvolvimento territorial, como um novo “paradigma científico multidisciplinar”, que abarque a pluralidade de interesses e motivações presentes no território, compreendendo integralmente suas múltiplas dimensões¹⁷; (iii) que, decorrente disso, urge avançar na adoção de abordagens e procedimentos metodológicos que, necessariamente, favoreçam a interfertilização de saberes e a triangulação de métodos¹⁸.

Por fim, lembra-se que ao longo deste texto procurou-se rememorar reflexões presentes na trajetória acadêmica de um dos pesquisadores, dando destaque a uma produção acadêmica que demonstra certa coerência com o debate sobre desenvolvimento com enfoque territorial. Em que pese as limitações impostas pelo contexto de atuação do pesquisador, em universidades comunitárias do sul do Brasil, carentes de apoio público no financiamento da pesquisa e ações de interação institucional, entende-se que a trajetória acadêmica do autor analisado contribuiu com um legado de publicações, que, quiçá, sirvam para inspirar os atuais e futuros pesquisadores e estudantes em relação aos avanços necessários no estudo da temática do desenvolvimento, em especial, do desenvolvimento territorial.

Submetido em 27 de janeiro de 2024.

Aceito para publicação em 8 de agosto de 2024.

¹⁷ No sentido de aprofundar o debate sobre a abordagem territorial do desenvolvimento, na edição de novembro de 2024 da revista *Desenvolvimento em Questão*, está sendo publicada uma Edição Especial, com artigos de autores nacionais e internacionais. Link da edição: <https://www.revistas.unijui.edu.br/>.

¹⁸ A segunda fase do processo de investigação está ocorrendo entre agosto de 2024 e maio de 2025, integrada à execução do projeto de pesquisa “*Validação de metodologia com enfoque territorial e aproximações com abordagens convergentes*” (ProPAT-2 - Processo n. 171742/2023-0-CNPQ), no qual propõe-se à aplicação piloto da metodologia, tendo como área de pesquisa o município de Santo Cristo (RS), assim, validando a proposta de IMAP aqui referida, contemplando as revisões ou complementações que a aplicação prática mostrar serem necessárias.

Referências

- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, v.16, n.32, p.31-50, jul./dez. 2001.
- BROSE, M. E.; DALLABRIDA, V. R. A construção de uma nova institucionalidade regional: a experiência da Região Fronteira Noroeste. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 7, n.2, p. 107-123, 2002.
- BÜTTENBENDER, P. L.; SAUSEN, J. O. Innovative development management practices in a border region: a construct proposal of innovative governance and territorial development. **G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.16, n.2, p. 446-458, 2020.
- COSTA, E. B. *Utopismos patrimoniais* pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. **XIV Coloquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 2-7 de mayo de 2016.
- COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.**, Bogotá, v. 26, n. 2, p. 53-75, 2017.
- COSTA, E. B. Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe. **Investigaciones Geográficas**, n. 96, agosto/2018.
- COSTA, E. B. Patrimonio-territorial y territorio de excepción en América Latina, conceptos decoloniales y praxis. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 62, n. 1, p. 108-127, enero/junio/2021.
- COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; DALLABRIDA, V. R. Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. **Biblio3w**, v. XXIV, p. 1-22, 2019.
- DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento, ser ou não ser, eis a questão! Ideias para repensar o entendimento atual sobre desenvolvimento e validar a noção de “desenvolvimento territorial”**. Curitiba: Editora CRV, 2024.
- DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; CARNIELLO, M. F.; BÜTTENBENDER, P. L.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. O. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: Uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 21, n. 59, p. e14586, 2023a.
- DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V.; CARNIELLO, M. F.; BÜTTENBENDER, P. L.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F.; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. O. (Orgs.). **Abordagem Territorial do Desenvolvimento: proposta epistêmico-teórico-metodológica para construção do Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial**. Cruz Alta (RS): Ilustração 2023b.
- DALLABRIDA, V. R.; MENEZES, E. C. O.; FUINI, L. L. O desafio da construção e reconhecimento de territórios nos processos de análise e prospecção territorial. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 24, n. 94, p. 275–292, 2023.
- DALLABRIDA, V. R. Abordagem Territorial do Desenvolvimento e o desafio de um Instrumental Metodológico Multidimensional: apresentação de dossiê. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, p. 8-12, jan-abr/2022.

- DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, p. 256-273, maio/ago. 2021.
- DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L.; DENARDIN, V. F.; ARENHART, L. Categorias conceituais e pressupostos metodológicos convergentes com a abordagem territorial. **Guaju - Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável**, v. 7, n. 1, p. 43-80, jan./jun. 2021.
- DALLABRIDA, V. R. Território e Governança Territorial, Patrimônio e Desenvolvimento Territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63-78, mai./ago./2020a.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, jul./set./2020b.
- DALLABRIDA, V. R. **Planejamento e gestão territorial: aportes teórico-metodológicos como referenciais no processo de desenvolvimento de municípios, regiões ou territórios**. 1. ed. Mafra - SC: Editora da UnC, 2020c.
- DALLABRIDA, V. R. Significar Territórios como Estratégia de Diferenciação: Aportes Teóricos e Metodológicos. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 60, p. 196-213, janeiro a março/2020d.
- DALLABRIDA, V. R. Da Cidade Inteligente, ao Território Inovador, Rumo à Inteligência Territorial: Aproximações Teóricas e Prospecções sobre o Tema. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 53, p. 46-71, 2020e.
- DALLABRIDA, V. R.; TABASCO, J. J. P.; PULPÓN, Á. R. R. Agricultura familiar, organização de produtores e desenvolvimento territorial: oportunidades e ameaças em experiências agroalimentares no Estado de Santa Catarina (Brasil). **Redes** (Santa Cruz do Sul. IMPRESSO), v. 23, n. 2, p. 135-153, maio-agosto, 2018.
- DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e os desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2017.
- DALLABRIDA, V. R.; COVAS, M. M. C. M.; COVAS, A. M. A. Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 360-378, 2017.
- DALLABRIDA, V. R. Ativos Territoriais, Estratégias de Desenvolvimento e Governança Territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas. **Revista EURE**, v. 42, n. 126, p. 187-212, maio/2016a.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. 1^a. ed. São Paulo: Editora LiberArs, 2016b.

DALLABRIDA, V. R.; TOMPOROSKI, A. A.; SAKR, M. R. Do marketing territorial ao branding de território: concepções teóricas, análises e perspectivas para o Planalto Norte Catarinense. **Interações**, Campo Grande (MS), v. 17, n. 4, p. 671-685, out./dez. 2016.

DALLABRIDA, V. R. Territory Planning and Management: the theory debate in Brazil and a prospect of practice according to theoretical contributions on territorial governance. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 4, p. 51-77, 2015a.

DALLABRIDA, V. R. Governança Territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, n. 215, p. 304-328, 2015b.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência**. 1. ed. São Paulo: Editora LiberArs, 2014.

DALLABRIDA, V. R. Da vantagem comparativa à vantagem diferenciadora: estratégias de especificação de ativos territoriais como alternativa de desenvolvimento. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 104-136, 2012.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional: Por que algumas regiões se desenvolvem e outras não?** 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010a.

DALLABRIDA, V. R. Desenvolvimento e governança territorial: um ensaio preliminar sobre a necessidade da regulação no processo de gestão do desenvolvimento. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 15, n. 3, p. 165 - 186, 24 nov. 2010b.

DALLABRIDA, V. R. La experiencia de organización socioterritorial de los COREDES en Brasil como estructuras que garanticen la gobernanza territorial. **Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales**, v. XLI, p. 117-132, 2009.

DALLABRIDA, V. R.; ZIMMERMANN, V. J. Descentralização na Gestão Pública e Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento: o papel dos Consórcios Intermunicipais. **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, p. 3-28, 2009.

DALLABRIDA, V. R. A Nueva Ortodoxia Regionalista estará envelhecendo? **G&DR - Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 2, p. 182-188, mai-ago/2008.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Redes Institucionais de apoio ao Desenvolvimento Territorial: estudo de caso a partir da análise da dinâmica territorial do desenvolvimento de um âmbito espacial periférico (Sarandi/RS/Brasil). **Territorios** (Bogotá), n. 16-17, p. 225-248, enero-julio/2007.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. R. **Desenvolvimento Territorial: possibilidades e desafios, considerando a realidade de âmbitos espaciais periféricos**. Passo Fundo/Ijuí: Editora UPF/Editora UNIJUI, 2008.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova**, v. XI, n. 245 (20), 1 de agosto de 2007.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. (Orgs.). **Gestão, inovação e Desenvolvimento. Oportunidades e desafios para o desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste**. Santa Cruz do Sul (RS): Editora EDUNISC, 2007.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. (Orgs.). **Planejamento Estratégico Territorial: a experiência de planejamento do desenvolvimento na região Fronteira Noroeste-RS-Brasil**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2006.

DALLABRIDA, V. R.; FERNÁNDEZ, V. Inovação, Território e Desenvolvimento. In: CARVALHO, J. R.; HERMANN, K. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 239-264.

DALLABRIDA, V. R. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: CREMONESE, D.; BAQUERO, M. (Orgs.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí (RS): Editora UNIJUI, 2006, p. 159-186.

DALLABRIDA, V. R. Planejamento Regional: algumas observações teóricas e análise da prática. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 9, n. 1, p. 37-62, 2004.

DALLABRIDA, V. R.; SIEDENBERG, D. R.; FERNÁNDEZ, V. R. Desenvolvimento Territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. In: VITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. (Orgs.). **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 101-133.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y Planificación Territorial: para la institucionalización de una práctica de concertación público-privada. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, Santa Fé/Argentina, v. 4, n. 3, p. 61-94, 2003.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica Territorial do Desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; VITTMANN, M. L. (Org.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003a, p. 175-214.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, jul./dez./2003b.

DALLABRIDA, V. R.; RAMBO, A. G. Nova dinâmica territorial em construção: a experiência da Região Fronteira Noroeste/RS/Brasil. Fórum de Desenvolvimento da Região Fronteira Noroeste: experiência de organização social para o desenvolvimento. In: **Terceras Jornadas de História Econômica. Montevideo**: AUHE, 2003, p. 24-47, 2003.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L. Organização Social para o Desenvolvimento. In: **I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local**. Campo Grande: Editora da UCDB, 2003.

- DALLABRIDA, V. R. Gestão societária do processo de desenvolvimento local/regional. **Revista de Estudos de Administração** (UNIJUÍ), v. 02, n. 2, p. 43-52, 2001.
- DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento Regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí-Santa Cruz Do Sul: Ed. Unijuí/Edunisc, 2000a.
- DALLABRIDA, V. R. Sustentabilidade e Endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Orgs.). **Desenvolvimento Local/Regional: determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000b, p. 187-228.
- DALLABRIDA, V. R. Sustentabilidade e Endogenização: os princípios balizadores do desenvolvimento regional. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 3, n. 2, p. 9-43, 1998.
- ELKINGTON, J. **Cannibals With Forks: The Triple Bottom line of 21st century business**. Stony Creek, CT: New Society Publishers, 1998.
- ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: universidade-indústria-governo. Inovação em ação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- FERNÁNDEZ, V. R.; DALLABRIDA, V. R. Nuevo regionalismo y desarrollo territorial en ámbitos periféricos. Aportes y redefiniciones en la perspectiva latinoamericana. **LIDER** (Osorno), v. 16, p. 9-46, 2010.
- FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010.
- FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.
- FERNÁNDEZ, V. R. Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. **Revista EURE**, v. XXVII, n. 82, p. 43-63, 2001.
- MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, 2015.
- MAGNAGHI, A. **El proyecto local. Hacia una conciencia del lugar**. 1ª ed. Barcelona: Ediciones UPC, 2011.
- ORTEGA VALCÁRCEL, J. El patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y económico. **Ciudades**, n. 04, p. 31-48, 2018.
- PECQUEUR, B. O recurso territorial: uma oportunidade para o desenvolvimento local. In: PIRES, E. L. S., ed. **Governança de territórios em desenvolvimentos desiguais: uma análise crítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022, p. 33-36.
- POLI, D. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In: MELONI, B. **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg e Sellier, 2015, p. 123-140.